



## **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E SUAS APLICAÇÕES NO INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ (CAMPUS BELÉM) NO CONTEXTO PANDÊMICO DO COVID-19**

### **HISTORY OF DISTANCE EDUCATION AND ITS APPLICATIONS IN THE FEDERAL INSTITUTE OF PARÁ (BELÉM CAMPUS) IN THE PANDEMIC CONTEXT OF COVID-19**

**Breno Rodrigo de Oliveira Alencar<sup>1</sup>**

Instituto Federal do Pará / [breno.alencar@ifpa.edu.br](mailto:breno.alencar@ifpa.edu.br)

**Maria Vitoria Egues Brito<sup>2</sup>**

Instituto Federal do Pará / [vitoriaegues@gmail.com](mailto:vitoriaegues@gmail.com)

**Esdras Menezes Vieira Trindade<sup>3</sup>**

Instituto Federal do Pará / [estelesdoguajara@gmail.com](mailto:estelesdoguajara@gmail.com)

**Área Temática 07: Tecnologias da Informação**

**Modalidade: Resumo Expandido**

#### **1. Introdução**

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) já fazem parte do nosso cotidiano há décadas e, desde a sua origem, são extremamente importantes no processo de aprendizagem de crianças, adolescentes e adultos que pelas mais diferentes razões não tem condição para frequentar fisicamente o ambiente escolar. Surgidas no contexto da segunda metade do século XX, como resultado do desenvolvimento da microeletrônica, as TDIC contribuíram também para potencializar a chamada Educação à Distância (EaD), cuja origem remonta ao século XIX, mas que só se popularizou quando os mais diferentes países viram nessa modalidade de ensino uma alternativa às limitações que impediam o acesso democrático

à educação e a formação de mão de obra para o mercado de trabalho. Mas a relevância e impacto da combinação entre as TDIC e a EaD nunca foram tão importantes como durante a Pandemia da Covid-19, contexto no qual em razão do receio com a propagação do vírus o mundo inteiro se viu obrigado a praticar o isolamento social impedindo, assim, milhões de estudantes de frequentar à escola.

Segundo Relatório do Banco Mundial (2020), com o fechamento das escolas, 1,5 bilhão de estudantes ficaram sem aulas presenciais em 165 países. No Brasil, professores e alunos tiveram que correr contra o tempo para se adaptar à Portaria nº 544, de junho de 2020, onde o Ministério da Educação autorizou o ensino remoto e a substituição das disciplinas presenciais por atividades letivas com recursos educacionais digitais, tecnologia de informação e comunicação, e outros meios convencionais.

Essa corrida contra o tempo gerou diversos problemas, principalmente a evasão escolar, já que muitos alunos não tinham condições de acompanhar remotamente as aulas, por diversos motivos, especialmente a indisponibilidade de equipamentos eletrônicos, a ausência de preparo delas ou dos responsáveis para manuseio das ferramentas de acesso às aulas bem como impedimento causado por deficiências, como a visual e a auditiva. Alguns professores conseguiram contornar esses obstáculos, mas outros, por falta de formação ou até mesmo recursos, sentiram a dificuldade que também era passada para os alunos.

Para enfrentar estes desafios, diversas instituições de ensino no Brasil procuraram se adaptar recorrendo a metodologias que já eram de conhecimento das instituições que operavam por meio da EaD, como a metodologia de ensino. Contudo, a falta de planejamento dos gestores e de preparo de docentes para atuarem em ambientes virtuais de aprendizagem contribuíram para um cenário de incertezas sobre a eficiência destas metodologias para garantir o acesso e qualidade na oferta da educação.

Este parece ter sido o caso do Instituto Federal do Pará, campus Belém, cuja estratégia de ensino migrou do presencial para o remoto em outubro de 2020 e cujos resultados foram quantitativamente apurados por meio dos Relatórios de Acompanhamento do Ensino Remoto por Segmento do IFPA (RAERS), que ao lado da EaD constituem o objeto de atenção neste trabalho.

Neste sentido, o presente resumo tem como objetivo descrever, a partir da metodologia histórico-bibliográfica, a evolução das gerações de EaD no Brasil e no mundo, mostrando sua relação com o desenvolvimento das TDIC e suas peculiaridades no contexto pedagógico brasileiro com atenção especial para a implementação dos mesmos durante a Pandemia Covid-19 através do Ensino Remoto Emergencial (ERE). Uma vez que a pesquisa encontra-se

em andamento, pretendemos mostrar os principais resultados de uma análise prévia a respeito da aplicação do RAERS e dos resultados obtidos com esta ferramenta junto ao IFPA/Campus Belém.

## **2. Metodologia**

Para alcançar os objetivos desta pesquisa, a primeira etapa de seu desenvolvimento se deu através de revisão histórico-bibliográfica com leituras críticas e reflexivas de artigos cujo tema é as TDIC, desde o aparecimento da educação a distância como ferramenta de ensino no Brasil e as estratégias de implementação das mesmas por meio do ensino remoto emergencial no contexto da pandemia Covid-19, seguindo as técnicas apontadas por Lakatos e Marconi (1992). Ademais, foi feita a análise de conteúdo (BARDIN, 1994) e estatística (VIEIRA, 2012) dos RAERS - Discente (IFPA, 2020) no intuito de levantar dados e a opinião dos alunos em relação ao ensino remoto no campus durante a primeira semana de aulas online.

## **3. Resultados e discussão**

A EaD é um modelo de ensino onde professores e alunos estão separados fisicamente, ou juntos em simultâneo através do uso de tecnologias de informação e comunicação. O Decreto nº5.622/05 caracteriza a EaD como modalidade Educacional em que a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (COSTA, 2017). Foi oficializada no Brasil em 1996, sendo as bases legais estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na época, esta lei colocou a EaD como modalidade de ensino para a complementação de aprendizagem ou em situações emergenciais (OLIVEIRA, 2019), esta norma só entrou em vigor em dezembro de 2005.

Segundo Santos e Menegassi (2018, *apud* GOUVEIA e OLIVEIRA, 2006), a EaD teve início no século I com as epístolas que São Paulo enviava às comunidades cristãs da Ásia Menor. Contudo, Alves (2011) aponta que o marco oficial de início da educação a distância se deu quando o curso de taquigrafia por correspondência oferecido pelo professor Caleb Philips foi anunciado pela Gazeta de Boston, na edição de 20 de março de 1728. De acordo com Costa (2017) e Vieira (2018) este foi o início da primeira de seis gerações do Ensino à Distância que foi marcada pela comunicação textual (correspondências).

A partir deste marco, várias instituições começaram a surgir ao redor do mundo. Em 1840, foi inaugurada no Reino Unido, a primeira escola por correspondência da Europa, já em

1871, James Stuart, propôs um roteiro de viagens para professores palestrantes que se transformou no Sistema de Extensão Universitária da Universidade de Cambridge, onde foi adotado o método de ensino por correspondências que no início esteve ligado à educação feminina. Este mesmo método inspirou Anna Eliot Ticknor a criar um sistema de estudo semelhante na Inglaterra, também para mulheres chamado “Sociedade Americana para o Estudo em Casa” (PIVA, 2011).

O ensino por correspondência também ajudou a preparar docentes no Departamento de Extensão da Universidade de Chicago, nos Estados Unidos da América, onde foi criada a Divisão de Ensino por Correspondência. A segunda geração foi marcada pelo ensino via rádio e televisão, sendo assim, a primeira transmissão de cursos pela rádio foi no Japão e, logo em seguida, a França, em 1947, também passou a transmitir aulas de quase todas as matérias literárias da faculdade de Letras e Ciências Humanas de Paris por meio da Rádio Sorbonne. Na década de 50, período da quarta geração marcada pelas universidades abertas, a África inaugurou a Universidade de Sudáfrica, exclusivamente dedicada ao desenvolvimento de cursos à distância. Em 1969, surgiu a Fundação da Universidade Aberta no Reino Unido, e dois anos depois, em 1971, a Universidade Aberta Britânica foi fundada. Diversas instituições que alavancaram a EaD surgiram durante esse período (ALVES, 2011).

A bibliografia analisada não permite identificar o início da EaD no Brasil, uma vez que não há registros sobre sua implantação. Contudo, neste estudo, consideramos 1904 o ano do primeiro registro de sua ocorrência e o marco da primeira geração da EaD no país, quando foi anunciado na primeira edição da seção de classificados do Jornal do Brasil um curso por correspondência para datilógrafo. Posteriormente, em 1923, o início das transmissões por rádio pela rádio Sociedade do Rio de Janeiro, criada por um grupo liderado por Henrique Morize e Edgar Roquette-Pinto, que oferecia diversos cursos. Assim, teve início a Educação a Distância pela rádio brasileira e conseqüentemente a segunda geração antes mesmo do Japão que iniciou as transmissões em 1935.

Em 1937, o Instituto Rádio Técnico Monitor foi o primeiro instituto brasileiro a oferecer cursos profissionalizantes por correspondência. Em 1941, foi criado o Instituto Universal Brasileiro que também oferecia profissionalizantes sistematicamente (ALVES, 2011). Alguns anos depois, foi criada a Universidade do Ar com estudo por apostilas que eram corrigidas com o auxílio de monitores.

Na década de 1950, teve início o MEB (Movimento de Educação de Base), iniciativa da Igreja Católica destinada a jovens e adultos do Rio Grande do Norte. Em 1967, foi criado o Projeto SACI (Sistema Avançado em Comunicação Interdisciplinares) com educação via

satélite com material impresso e de rádio para formação de professores. Nos anos 70, surgiu o Projeto Minerva, um convênio entre o Ministério da Educação, a Fundação Padre Landell de Moura e Fundação Padre Anchieta, cuja meta era a utilização do rádio para a educação e a inclusão social de adultos (OLIVEIRA, 2019).

Em 1983, o SENAC desenvolveu uma série de programas radiofônicos sobre orientação profissional na área de comércio e serviços, denominada “Abrindo Caminhos” (ALVES, 2011). No ano de 1995, foi criado o Programa TV Escola, da Secretaria de Educação a Distância do MEC (ALVES, 2011). O Ministério da Educação repassou recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) às secretarias de Educação para a aquisição de kits compostos por televisão, videocassete, antena parabólica, receptor de sinais de satélites e fitas VHS (SARAIVA, 1996).

Em 1996 foi criada a Secretaria de Educação a Distância (SEED), pelo Ministério da Educação, dentro de uma política que privilegia a democratização e a qualidade da educação brasileira. No último ano do século XX, em 2000, foi formada a UniRede, Rede de Educação Superior à Distância, consórcio que reuniu 70 instituições públicas do Brasil comprometidas na democratização do acesso à educação de qualidade, por meio da EaD, oferecendo cursos de graduação, pós-graduação e extensão. Após 5 anos, foi criada a Universidade Aberta do Brasil que integrou cursos, pesquisas e programas de educação superior à distância (ALVES, 2011). Essa foi a terceira geração no Brasil, mas acredita-se que em alguns lugares mundo afora estavam vivenciando a quarta geração marcada pela interação a distância em tempo real.

Em 2011, a Secretaria de Educação a Distância foi extinta, anos mais tarde após diversos ataques contra à educação e cultura vindos do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, depois Rádio MEC (Música, Educação e Cultura), foi extinta pelo mesmo. Neste período de extinção da rádio MEC, em 2019, o Brasil já passara pela quinta geração que envolve o ensino e o aprendizado “online”, em classes e universidades virtuais baseadas em tecnologias, isto é, videoconferência. E está vivendo atualmente a sexta geração caracterizada pela linguagem de metadados, “softwares” inteligentes que reconhecem, classificam e organizam as informações para relacioná-las ao perfil do usuário, simulação de realidade, espaços 3D, etc. (VIEIRA, et al., 2018; COSTA, 2017).

Considerando quase 120 anos de história da EaD no Brasil, no ano de 2020 ocorreu a Pandemia Covid-19, que fez as instituições implantarem o ERE (Ensino Remoto Emergencial), modalidade que se diferencia da EaD no quesito de ser aplicada caso ocorra algum evento em uma cidade ou país. Inicialmente a suspensão das aulas duraria apenas 15

dias, mas o avanço repentino do vírus SARS-CoV-2 obrigou as autoridades a estender a quarentena e a solução encontrada para a educação foi continuar as aulas por meio do ERE para diminuir o impacto do isolamento no ensino. A suspensão total das aulas presenciais ocorreu em março de 2020, mas o ERE começou a ser implantado em abril de 2020 e o Instituto Federal do Pará, assim como todas as outras instituições de ensino, também aderiu a essa suspensão das aulas. No Campus Belém as aulas foram apenas para as turmas concluintes, as turmas iniciais não tiveram aula durante 1 ano e só retornaram em 2021 de forma remota.

Com base nesses acontecimentos foi elaborado pelos departamentos de ensino do campus os RAERS para avaliar a primeira semana de aula do ano letivo de 2020. A divulgação do questionário foi feita via internet, mas não se sabe ao certo por quais redes e como chegou até aos alunos.

Uma leitura atenta e crítica com base nas metodologias de Vieira (2012), sugere que os RAERS foram elaborados de maneira desorganizada e não buscaram muitas informações sobre os alunos, uma vez que as respostas, embora objetivas, são incapazes de revelar a real situação das turmas. Não se sabe como foi feita a divulgação do questionário e o porquê de ter sido só pela internet já que uma grande parte dos alunos do campus não possuíam condições de acesso à mesma, principalmente no início da Pandemia Covid-9 quando foi adotado o ERE (portaria Nº 544, de 16 de junho de 2020). Naquela ocasião, toda a comunidade escolar estava se adaptando ao isolamento e, por essa razão, muitos não tinham condições de manter uma internet fixa para o acompanhamento online.

Os RAERS são resultados de um questionário aplicado através do aplicativo *Google Forms*, por meio do qual os alunos foram questionados sobre o consumo da internet, mas sem identificar o tipo de internet (móvel ou fixa) e nem por onde o aluno acessava (computador, tablet, celular, etc). Também foi questionado se o aluno possuía alguma dificuldade, mas não a ferramenta de coleta de dados sobre esta informação. O levantamento das plataformas identificou apenas quais formas as plataformas utilizadas, os aplicativos mais utilizados ficaram identificáveis, pois provavelmente o dado foi para o relatório representado incorretamente. A partir deste levantamento, definir um padrão de aplicativos mais utilizados, facilitaria o ensino e aprendizagem, já que muitos alunos afirmaram nos relatórios que houve dificuldade tanto para os discentes quanto para os docentes, alunos com dificuldade de acesso aos aplicativos e professores com dificuldade de ministrar aulas em certas plataformas.

A equipe pedagógica do Departamento de Apoio ao Ensino (DEPAE), responsável pela elaboração do questionário, almejou conseguir respostas de todas as turmas finais (no

último ano) de cada departamento, ou seja, o censo (dados de toda a população), mas conseguiu amostras imprecisas já que para fazer o levantamento de amostras são necessárias certas exigências como escolhas aleatórias por sorteios para garantir a mesma probabilidade para todos. Poderia ser feito o levantamento de amostras sistemáticas, constituída por unidades retiradas da população segundo um sistema preestabelecido, que nesse caso, poderia ser um número determinado de pessoas de cada turma. Esta falha gerou um resultado errôneo, pois enquanto em um relatório obteve 84 respondentes (DEPRO), outro obteve apenas 12 (DERIN).

#### **4. Considerações**

Os resultados bibliográficos desta pesquisa demonstram que EaD possibilita elevar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), favorece a flexibilidade, a interatividade, a sincronicidade entre alunos, professores e conteúdos educacionais. Embora a história da EaD no Brasil tenha mais de um século, o acesso é desigual e nem todos os modelos correspondem às necessidades do público alvo. Essa desigualdade passou a ficar mais clara a partir dos anos 1990, com o início dos programas educacionais pela TV, quando nem todos tinham condições de ter uma televisão e antena parabólica em casa, principalmente a população rural que era o público alvo desses projetos.

Atualmente, com o ensino via internet, a desigualdade continua, pois, as pessoas mais prejudicadas com o ERE foram aquelas que não possuem condições monetárias para a aquisição do material ideal para o acompanhamento das aulas. A EaD oferece comodidade em relação ao estudo. No entanto, durante o ERE por mais que os estudantes estivessem em segurança em razão do isolamento social, muitos ficaram sem acompanhar as aulas, principalmente por não disporem dos meios eletrônicos para tal, ou devido às condições de acesso, em razão da péssima qualidade da internet. Este problema somou-se à falta de qualificação dos professores que também tiveram dificuldades de acesso semelhantes àquelas vivenciadas pelos alunos. Isto pode ser verificado nos RAERS - Discente (IFPA, 2020) onde foi constatado que estas condições impediram a instituição de oferecer um ensino remoto de qualidade e inclusivo. Contudo, estes relatórios foram incapazes de explorar as dificuldades enfrentadas pelos alunos, em razão da metodologia aplicada e do pequeno número de sujeitos alcançados, resultando em uma análise deficiente e que não se transformou em políticas públicas que oferecessem respostas às dificuldades enfrentadas pela comunidade escolar.

#### **5. Referências**

ALVES, L. **EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: conceitos e história no Brasil e no mundo**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, vol.10, 2011, 83-92p.

BANCO MUNDIAL. **Políticas educacionais na pandemia da covid-19: o que o brasil pode aprender com o resto do mundo?** Disponível em: <http://pubdocs.worldbank.org/en/413781585870205922/pdf/POLITICAS-EDUCACIONAIS-NAPANDEMIA-DA-COVID-19-O-QUE-O-BRASIL-PODE-APRENDER-COM-O-RESTO-DOMUNDO.pdf>.

BELLONI, M. L. Ensaio sobre a educação a distância no Brasil. **Educação & Sociedade**, a.XXIII, p. 117-142, abr./2002.

COSTA, A. R. A educação a distância no Brasil — concepções, histórico e bases legais. **Revista Científica da FASETE**, v. 1, p. 59-73, 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ (IFPA). **Relatório de acompanhamento da 1ª semana de ensino remoto do IFPA - Campus Belém**. DEPAE, IFPA. Campus Belém, 2020.

OLIVEIRA, A. F. P. et al. Educação à distância no mundo e no Brasil, **Revista Educação Pública**, v.19, n.17, ago./ 2019.

PIVA JR. D. Breve histórico: a educação a distância. **EAD, na prática: planejamentos, métodos e ambientes**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011..

DOS SANTOS, L. C.; MENEGASSI, C. H. M. A história e a expansão da educação a distância: um estudo de caso da UNICESUMAR. **Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL**, p. 208-228, 2018.

SARAIVA, Terezinha. Educação a distância no Brasil: lições da história. **Em aberto**, v. 16, n. 70, 1996.

VIEIRA, E.; CUNHA, D.; MARTINEZ, M., L. História da educação a distância no Brasil, algumas provocações. **Perspectivas Em Políticas Públicas**, 2018.